



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS
"Trabalhando para todos"



PARECER JURÍDICO Nº 102/2023

Assunto: PARECER JURÍDICO CONCLUSIVO.
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2023. LICITAÇÃO.
ASSUNTO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL
PERMANENTE DE ACORDO COM A PROPOSTA
Nº12236981000/122004 PARA ATENDER AS
DEMANDAS DA ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE
DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO
MUNICÍPIO DE RORAINÓPOLIS/RR.

I – DAS CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Trata-se de procedimento licitatório na modalidade pregão eletrônico tipo menor preço valor global, cujo assunto aquisição de material permanente de acordo com a proposta nº12236981000/122004 para atender as demandas da atenção primária em saúde da secretaria municipal de saúde do município de Rorainópolis/RR.

O procedimento licitatório deve sempre ser iniciado e devidamente autuado, protocolado e numerado, contendo a autorização respectiva com indicação sucinta de seu objeto e do recurso próprio para despesa. Nesse sentido, menciona-se que esses entre os outros requisitos foram obedecidos pela Comissão Permanente de Licitação e demais setores envolvidos.

A Licitação foi enquadrada na modalidade de Pregão eletrônico. Confeccionado o edital, também restaram elaborados os termos, anexos e juntadas às documentações afins.





ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS
"Trabalhando para todos"



É necessário frisar que, em momento anterior, esta Assessoria Jurídica, em atendimento ao parágrafo único do Artigo 38 da Lei nº 8.666/93 e o art. 9º do Decreto nº 5.450/05, examinou e aprovou as minutas de Edital e Contrato, bem como considerou regular o procedimento administrativo até aquela ocasião.

Concluída a Sessão do Pregão eletrônico, o procedimento licitatório foi encaminhado à esta Assessoria Jurídica para emissão de parecer jurídico conclusivo.

Cumpre destacar que o presente parecer versa exclusivamente sobre o aspecto legal do processo, sem adentrar a conveniência da licitação e seus objetos.

II – DA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

Após a manifestação supratranscrita, a comissão de licitação deu início à fase externa do certame (Art. 4º incisos I a IV da Lei nº 10.520/02) e providenciou a publicação do edital, convocando os interessados a apresentarem suas propostas. Saliente-se que entre a publicação e a abertura das propostas fora observado o prazo mínimo de 08 (oito) dias úteis (Art. 4º, V da Lei nº 10.520/02).

A comissão passou para a fase de classificação das propostas, posteriormente a para a fase de habilitação, julgamento e análise dos documentos, julgando apta a seguinte empresa, a **MC INTERMEDIações LTDA**, inscrito no CNPJ sob o nº **24.109.406/0001-75** que foi a vencedora.

Após tais argumentos e tendo em vista o estrito cumprimento das Leis nº 10.520/02 e 8.666/93, observados todos os procedimentos para assegurar a regularidade e a legalidade de todos os atos praticados pela comissão no procedimento, é o Parecer





ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS
"Trabalhando para todos"



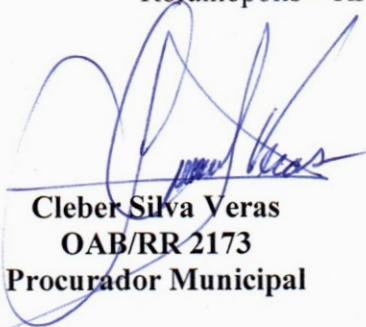
no sentido de que deva se dar prosseguimento ao processo, homologando-o e efetivando a contratação do licitante vencedor.

III – DA CONCLUSÃO

Considerando que a homologação é o ato de controle da regularidade de todo o procedimento realizado como condição de validade da contratação, pelo qual se põe fim ao processo, e considerando ainda que nenhuma ilegalidade foi constatada na análise efetuada por esta Assessoria Jurídica, opina-se pela homologação do processo em epígrafe e adjudicação de seu objeto, cabendo, no entanto, à autoridade competente, a avaliação quanto à oportunidade e conveniência.

Este é o parecer.

Rorainópolis – RR, 07 de junho de 2023.


Cleber Silva Veras
OAB/RR 2173
Procurador Municipal

